



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 113ª reunião, realizada em 13 de março de 2018

1 Em 13 de março de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Anderson Silva de Aguiar e Marília Carvalho de Melo, representantes
6 da SEMAD. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de
8 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
11 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
12 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
13 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde
14 (SES); Juliana Silva de Oliveira, da Secretaria de Estado de Turismo; Ivonice
15 Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas
16 Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano
17 José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
18 Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares,
19 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Nilma de Souza Pena, da Prefeitura
20 Municipal de Contagem; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de
21 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
22 Francisco); Nilda Marília Figueiredo de Sousa, da Prefeitura Municipal de
23 Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
24 Jequitinhonha e Pardo); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal
25 de São João do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica
26 do Leste); Romeu Souza da Paixão, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Isabella
27 Figueiredo Lopes da Silva, da Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes
28 dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho Nardy Riolo, da
29 Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos municípios da Bacia
30 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura
31 Municipal de Itapeva (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos
32 Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos usuários de recursos
33 hídricos: Igor Luna, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora
34 (Cesama); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais
35 (Cemig); Silvana Mônica Vaz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais
36 (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
37 Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das

38 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto
 39 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação
 40 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do
 41 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo
 42 Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro
 43 Luís Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de
 44 associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e
 45 melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para
 46 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da
 47 Associação de Proteção Ambiental de Unaí (APA); Antônio Eustáquio Vieira, do
 48 Movimento Verde de Paracatu (Mover). Representantes de associações civis com
 49 efetiva atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação
 50 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro
 51 Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cintia
 52 Ribeiro de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de
 53 Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes
 54 de universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no
 55 Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou
 56 educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de
 57 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
 58 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de
 59 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
 60 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
 61 **ABERTURA.** O presidente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 113ª
 62 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **3)**
 63 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Carlos Alberto de Freitas:
 64 “Eu só queria comunicar um evento que a Abas vai fazer de 9 a 11 de abril, o 2º
 65 Simpósio Latino-Americano de Monitoramento de Águas Subterrâneas. Eu queria
 66 comunicar um curso que vai ser feito no dia 8, de monitoramento hídrico. Vai ser
 67 no domingo, um curso de oito horas. Eu estou aqui com algumas informações, o
 68 site do evento, e depois eu gostaria de passar para os conselheiros.” Conselheiro
 69 Edson de Oliveira Vieira: “Primeiramente, eu gostaria de parabenizar pelo
 70 espaço. Se não me engano, é a primeira reunião do Conselho, e realmente é
 71 bem melhor do que o anterior. E só trazer uma informação do Norte de Minas. Eu
 72 tive, ontem, a informação de que as barragens do Norte de Minas ainda estão
 73 muito baixas. O ano hidrológico começa em outubro, e só teve chuva em
 74 dezembro, quase nada em janeiro, fevereiro teve uma recuperação, e em março
 75 está até chovendo bem. Só que uma recuperação, por exemplo, do Pico da
 76 Pedra, teve uma recuperação de 5 m, mas, mesmo assim, encontra-se com 22%
 77 da capacidade. Muito abaixo. E, se eu não me engano, Juramento também está
 78 em torno de trinta e poucos por cento. Eu digo isso porque nós já estamos
 79 finalizando o período chuvoso. Historicamente, de abril para frente não chove
 80 nada. Então, indício de mais um período difícil no Norte de Minas. É essa

81 informação que eu queria deixar aqui.” Conselheiro Leonardo Romano: “Eu
82 gostaria de fazer um registro de um avanço importante que nós tivemos na
83 relação com a SEMAD e com a Seapa, recentemente. Foi promovido um
84 seminário, em que compareceram representantes de todas as Suprams, para
85 elaboração e nivelamento de uma instrução de serviço que vai melhorar muito a
86 qualidade dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos de piscicultura, e
87 isso veio aliado a uma questão importante da Deliberação Normativa 217, que,
88 com apoio da Seapa e da Faemg e a compreensão da SEMAD, nós conseguimos
89 manter os portes dos empreendimentos. Então, combinado com essa nova
90 deliberação, nós vamos ter uma possibilidade maior de licenciamento. E aí,
91 Anderson e Marília, um ponto que eu gostaria de ressaltar o Anderson conhece
92 bem essa matéria, porque nós continuamos com a pendência e estivemos,
93 recentemente, com o secretário Pedro Leitão e com o Germano, e eles
94 prometeram nos ajudar nisso. É um problema que hoje nos atrapalha bastante no
95 licenciamento, que é o seguinte. A ANA está com a capacidade de produção, a
96 capacidade de suporte toda ocupada por causa daquela reserva feita pelos
97 parques aquícolas. Então, o próprio secretário Pedro Leitão já viu que isso tem
98 que ter um envolvimento político para tentar mudar essa questão. Porque os
99 parques não saem do papel, é sabido que não vão acontecer, mas continua a
100 reserva. Então, nós contamos com o apoio de vocês para nos ajudarem nesse
101 sentido. E uma segunda questão é que a ANA diminuiu ainda mais a capacidade
102 de suporte pela falta de um monitoramento de qualidade da água, que era uma
103 obrigação do antigo Ministério da Pesca que nunca foi cumprida. Então, nós já
104 levantamos esse assunto e sabemos que o IGAM, a Codevasf, tem um convênio
105 com a própria ANA, que é o Qualiáguas. Então, tem alguns instrumentos que
106 podem ajudar a destravar isso e permitir que esse monitoramento da qualidade
107 da água volte a ser feito, e novamente termos algum ganho na capacidade de
108 suporte. Mas, resumindo, eu acho que foi um passo importante, e estamos
109 avançando para o reconhecimento e o fortalecimento do segmento no Estado.
110 Nós tivemos nesse evento a presença dos dois secretários, então, isso mostra a
111 importância que começa a ser dada para o segmento. Então, é oportuno
112 agradecer esse apoio de vocês.” Presidente Anderson Silva de Aguiar:
113 “Realmente, é um assunto nosso de pauta. O Dr. Germano fez questão, junto
114 com o Dr. Pedro Leitão, de participar desse evento, onde ocorreu a capacitação.
115 Essa capacitação, para conhecimento de todos, é fruto de um convênio assinado
116 entre a SEMAD, a Seapa e o extinto MAPA, que prevê a capacitação para
117 regularização ambiental dos aquicultores. É um programa muito interessante. Nós
118 temos um cronograma para execução desse convênio, e ele está a todo vapor,
119 em plena execução. No mesmo dia, eu estive em Brasília e estive com o João
120 Crescencio, que é da Secretaria Especial de Pesca. Nós fizemos um
121 levantamento dos parques aquícolas no Estado de Minas Gerais. Com a
122 modernização da legislação ambiental, primeiro, com o Decreto 47.137, que
123 possibilitou concomitâncias, e agora, principalmente, com o reforço da

124 Deliberação Normativa 217, que a Seapa, inclusive, teve uma participação muito
125 intensa e também muito importante, nós temos condição de continuar com os
126 processos de análise, tendo em vista que o parque aquícola é uma atividade
127 diferente do processo de licenciamento, a implantação acontece,
128 consequentemente, com a operação, e a Licença Prévia, obviamente, olha pela
129 viabilidade. E nós temos que fazer isso tudo em uma fase única porque somente
130 dessa forma conseguimos estabelecer estudo e condições necessárias para se
131 deferir ou indeferir, avaliar o processo do parque aquícola. Um dos processos já
132 foi deferido, já tem LO, então, isso já foi repassado para MDIC e também para a
133 Secretaria Especial de Pesca, em especial, ao João Crescencio, que é quem
134 coordena esse trabalho em Brasília com a maior proximidade. Nós temos ainda
135 dois processos em tramitação no Estado de Minas Gerais de parque aquícola,
136 que também estão em plena execução. Essa visita que eu tive em Brasília, no
137 mesmo dia em que foi pedida a capacitação, nós fomos lá cobrar agilidade do
138 João Crescencio e da Secretaria Especial de Pesca, para que o processo tenha a
139 execução do que é necessário, para que o MDIC, junto com a ANA, tome os
140 procedimentos cabíveis.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Em primeiro
141 lugar, eu queria parabenizar o Conselho por nos trazer um espaço importante
142 para o Conselho. São dois assuntos. Em setembro de 2017, a CTIG acolheu uma
143 moção, via Fórum Mineiro de Comitês, que veio no CBH Verde, que já relatava as
144 questões de enfrentamento que estavam ocorrendo entre as representações da
145 sociedade civil e os mineradores de água, vamos dizer assim, as empresas que
146 estão se apoderando dos aquíferos e água mineral. E a solicitação, naquele
147 momento, foi para que o IGAM fizesse um trabalho mais proativo em relação à
148 adesão à Resolução 76/2007, do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho
149 Nacional de Recursos Hídricos, que busca a integração dos procedimentos
150 autorizativos junto à Agência Nacional de Mineração, que é responsável pela
151 água enquanto mineral, federal, e o IGAM, que é o responsável pelas águas.
152 Esse assunto subiu aqui para o Conselho, e o Conselho remeteu para o IGAM. E
153 agora nós temos aqui um documento que atualiza, o próprio IGAM, via Conselho,
154 que eu gostaria de entregar em mãos ao secretário. O foco é esse, mas dá uma
155 descrição nesse documento de todos os eventos que estão ocorrendo.” Marília
156 Carvalho de Melo/IGAM: “Eu não tenho ciência dessa demanda. Retornei de
157 licença maternidade na quinta-feira. Nós vamos levantar essas informações e
158 verificar o que foi encaminhado.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “A outra
159 questão diz respeito ao uso da água para irrigação na agricultura, nas áreas do
160 Estado onde a agricultura empresarial, a irrigação empresarial se faz presente,
161 basicamente, no Alto Paranaíba, no Triângulo, no Noroeste, onde a irrigação,
162 basicamente, é por pivô central e também irrigação de café por gotejamento,
163 principalmente, e o consumo de água é realmente elevado se comparar com
164 outras atividades. O que hoje expôs o problema, realmente, é no momento em
165 que o Estado coloca a deliberação normativa que obriga os produtores a,
166 efetivamente, controlar as vazões consumidas, usando hidrômetro ou horímetro

167 ou, na impossibilidade, a curva da bomba. Enfim, são procedimentos que,
168 realmente, para se fazer uma boa gestão de água, precisa ter essa quantificação.
169 O problema não é a medição, mas apareceu no processo da medição, o
170 problema é a forma como a outorga, para a agricultura, é feita. Porque a outorga
171 é fixa, um volume de $x \text{ m}^3/\text{hora}$, por exemplo, uma vazão, enfim, e durante
172 determinado tempo. Porém, se você coloca lá uma cultura, por exemplo, é usual
173 no Triângulo, o Triângulo é o maior produtor de cenoura do Brasil, onde você tem
174 lá a cenoura, ela é cultivada, a semente. Você precisa dar uma leve irrigada, duas
175 vezes por dia, mas muito pouca água. Mas o tempo está correndo, o horímetro
176 está ligado. E está usando muito pouca água. Aí, conforme ela vai passando por
177 desenvolvimento vegetativo, vai mudando, vai passando a irrigação e vai
178 aumentando a quantidade de água a cada vez que faz a irrigação. Pode passar
179 no desenvolvimento vegetativo de 3 a 4 dias sem irrigar, e aí vem uma irrigação.
180 Quando chove, não irriga. E aí, no momento em que você precisa subordinar isso
181 a um horímetro, no caso do pivô, acelera ou desacelera, tem mais ou menos
182 água. Passando mais rápido, obviamente que vai consumir menos água, a lâmina
183 vai ser menor. Enfim, não é uma atividade como se fosse uma atividade
184 industrial, ou seja, 8h da manhã, você liga a máquina, e ela começa a utilizar
185 aquela quantidade de água; 6h da tarde, você desliga, acabou, vai embora, no
186 outro dia, a mesma coisa; em fim de semana não liga. Não. Agricultura irrigada
187 depende de fatores externos, que você não tem controle. Agora, subordinar isso
188 a esse processo é válido, mas nós temos que descobrir outra maneira de fazer
189 isso, que não prejudique a produção. Se for levar ao pé da letra, não vou dizer os
190 volumes, mas o tempo de irrigação, a produção vai cair violentamente, e a
191 consequência vai ser menos alimento no mercado, enfim, menos atividade
192 econômica e tudo que decorre disso. Então, eu solicito ao próprio Conselho que a
193 gente crie aqui, com bastante urgência, um grupo para debater esse assunto
194 junto com o IGAM e trazer a sociedade, as entidades representativas para
195 abordarmos esse assunto de uma maneira bem célere.” Marília Carvalho de
196 Melo/IGAM: “Primeiro, o secretário Anderson pediu para registrar o recebimento
197 do documento que será protocolado sobre as águas minerais do Sul de Minas e
198 encaminhado ao IGAM para análise. Sobre esse assunto, Giacomini, eu acho que
199 não necessita de um grupo neste Conselho. Primeiro, foi uma resolução conjunta
200 IGAM/SEMAD que institui a obrigatoriedade. É um procedimento administrativo
201 de controle de processo de outorga, não é critério, não há uma alteração no
202 modus operandi do processo de outorga. Então, nós nos colocamos à disposição
203 no IGAM. Inclusive, se quiser ir lá com um grupo maior para discutir esse
204 assunto, estamos à disposição. Eu também entendo que esse problema que você
205 coloca, desde que a outorga seja concedida conforme a necessidade de quem
206 demanda, não há esse problema. Então, se a pessoa pediu uma vazão e o tempo
207 necessário para a irrigação, é em cima disso que ele vai monitorar. Agora, se ele
208 pediu uma vazão e está usando outra, realmente, ele não vai conseguir usar. Nós
209 podemos entender o problema mais a fundo. Pelo que você disse, ele vai usar

210 diferente tempo. Não tem problema, na outorga, ele pode especificar isso ou,
211 então, especificar o limite de horas. Mas a outorga é dada por vazão horária.
212 Então, essa questão não teria problema. Não é variável mesmo, então, se ele
213 colocar o máximo que ele utiliza no tempo máximo, é isso que ele vai ter que
214 apresentar. Se ele está usando a menos, não tem problema, no período em que
215 ele está usando a menos. Na indústria, isso acontece também. Em alguns
216 momentos eles desligam, não tem problema. Agora, inclusive, um ponto que nós
217 estamos estudando, a outorga sazonal, mas é um ponto à frente para avançar.
218 Mas, desde que esteja no limite, 'eu irriego até 12 horas por dia'. Até 12 horas, se
219 o horímetro está marcado, se usar 4, 3, 2 ou 12, não tem problema nenhum. Mas
220 eu me coloco à disposição, junto com a equipe e com outras pessoas até do
221 Conselho que tenham interesse em debater esse assunto, para levar esse tema
222 ao IGAM e discutirmos tecnicamente quais são as limitações e entender melhor.”
223 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “O que eu acho que o Giacomini quis
224 dizer é o seguinte. Na irrigação, temos ciclos, estágios diferentes da cultura que
225 exigem quantidade diferenciada de água. No início, na florada e na granação, usa
226 mais, e depois quase cessa a irrigação por um período diferente. Mas o
227 agricultor, por segurança, tende a pedir o tempo máximo. O que queremos dizer
228 talvez é o seguinte. Equalizando isso aí, pode até ter uma disponibilidade maior
229 de água para outros agricultores, um ajuste de conflito em algumas áreas. Então,
230 talvez seja interessante uma outorga variável, como o Giacomini falou. Talvez um
231 Grupo de Trabalho ou talvez até com uma conversa preliminar para ver se,
232 realmente, é necessário esse Grupo de Trabalho. Mas eu acho interessante a
233 ideia dele. Eu acho que foi isso que você quis dizer, não é, Giacomini? Até para
234 disponibilidade maior ou menor de água.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “São
235 duas coisas distintas. Uma coisa é o controle da vazão e do tempo outorgado.
236 Outra coisa é a outorga sazonal. Por isso que eu disse que é um assunto que nós
237 estamos discutindo agora. Inclusive, com o apoio da Fiemg e da Universidade
238 Federal de Minas Gerais, nós estamos avaliando a possibilidade de fazer, neste
239 ano, um estudo de regionalização de base mensal, e esse estudo de
240 regionalização de base mensal nos possibilitará implementar a outorga sazonal.
241 Porque aí conseguimos fazer balanço hídrico mensal, tanto do ponto de vista de
242 demanda quanto do ponto de vista de disponibilidade. E teremos um ganho
243 qualitativo na qualidade de outorgas, no resultado da outorga, enorme. Então,
244 esse é um ponto que nós estamos conversando, mas são duas coisas distintas.
245 Só para deixar claro. Uma coisa é o monitoramento, outra coisa é trabalhar com
246 outorga sazonal fazendo uma avaliação de demanda mês a mês.” Conselheiro
247 Guilherme da Silva Oliveira: “Pelo que eu entendi, o que o Giacomini está falando
248 não é nem sazonal nem a medição, é uma outorga que vai ser um procedimento
249 diferenciado. Seria variável. Eu sei que é muito mais complicado do que a
250 sazonal. Talvez, implementar isso é bem complicado, mas eu acho que é a ideia
251 que ele plantou aqui, que é diferente das duas.” Presidente Anderson Silva de
252 Aguilar: “Só para concluirmos, a Marília deixou aqui uma proposta, o IGAM está

253 de portas abertas para recebê-los em uma comissão e discutir o assunto. E que
254 há o entendimento de que não é necessária a criação de um Grupo de Trabalho
255 pelo Conselho.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Não somos contra a DN.
256 Simplesmente, eu citei porque nesse procedimento é que o problema foi
257 explicitado. É isso.” Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Carlos Eduardo, APA
258 Unaí, e também como presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio
259 Piranga. Secretário, eu fui incumbido, na reunião do Fórum Mineiro, na semana
260 passada. Um ofício assinado pelo Polignano, o nosso coordenador, e
261 referenciado por todos os 36 Comitês de Minas. Se eu pudesse ler para todos os
262 conselheiros. Coisa rápida. Esse ofício está endereçado ao governador, ao Dr.
263 Germano e à Marília. É referente ao repasse de recursos aos Comitês. ‘Prezado
264 senhor, considerando que o Fórum Mineiro é um colegiado que representa 36
265 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado; considerando que, nos últimos anos,
266 de forma sistemática, o governo de Minas Gerais tem contingenciado o recurso
267 da cobrança pelo uso da água; considerando que esse contingenciamento tem
268 acarretado um enorme e inevitável comprometimento das ações dos CBHs, seja
269 de ordem administrativa, bem como o desempenho de suas inúmeras atividades;
270 considerando que, por meio do Ofício 006/2017, datado de 15/2/2017, este
271 Fórum encaminhou uma representação ao Sr. governador Fernando Pimentel
272 evidenciando a situação crítica gerada pela retenção dos recursos da cobrança;
273 considerando a necessidade de infraestrutura mínima e adequada para o
274 funcionamento dos Comitês, constituindo-se um fato extremamente relevante
275 para a operacionalização das ações; considerando que a maioria dos Comitês
276 mineiros ainda carece de tais condições para o exercício de suas atividades;
277 considerando que o atual governo do Estado de Minas, através de seus
278 específicos, tem atrasado, sistematicamente, o repasse de recursos para o
279 pagamento de diárias aos conselheiros do Fórum Mineiros para que possam
280 participar de suas reuniões plenárias, como de outras atividades programadas a
281 esses Fóruns; por todos esses motivos expostos, na reunião ordinária Fórum
282 Mineiro, que congrega 36 Comitês mineiros da bacia hidrográfica, ocorrida em 6 e
283 7 de março de 2018, na cidade de Belo Horizonte, aprovou por unanimidade: que
284 a partir da presente data sejam repassados os recursos financeiros a que os
285 Comitês têm direito, conforme os termos da legislação em vigor; que, em
286 hipótese nenhuma, os recursos adquiridos pela cobrança do uso da água nas
287 bacias hidrográficas mineiras sejam mais contingenciados, como tem sido prática
288 nos últimos anos; que o governo apresente, imediatamente, a planilha de
289 desembolso para repasse de recursos contingenciados de 2016 e 2017,
290 referentes aos 92,5%; que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos se
291 manifeste a respeito das demandas apresentadas. Assinado: Marcus Vinícius
292 Polignano, coordenador do Fórum Mineiro. E todos os Comitês de Minas Gerais’.”
293 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro. Se você quiser
294 endereçar para a mesa a comunicação, nós recebemos e tomamos as
295 providências cabíveis.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “O meu comunicado,

secretário, é mais no sentido de que venha para este Conselho o que está previsto nos contratos de gestão que são firmados entre o IGAM, a Agência de Bacia e os Comitês. Isso nunca veio. O que os contratos de gestão falam? Que o IGAM deverá encaminhar ao CERH relatório de avaliação da execução do contrato de gestão, acompanhado das explicações e conclusões pertinentes. Então, eu acho fundamental. Porque nós aprovamos as Agências de Bacia aqui, e nenhuma veio prestar conta do que está fazendo. Isso está previsto nos contratos de gestão. Então, eu peço que seja pautado. Nós temos acho que três Agências de Bacia em Minas, três ou quatro. Que cada uma venha cá e explique o que está fazendo, onde está o problema, porque isso reza nos contratos de gestão, e nós não estamos cumprindo.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Ok, conselheiro, obrigado. Eu vou pedir à secretaria executiva para compilar a solicitação do conselheiro para trazermos uma resposta o mais breve possível.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “A proposta que eu venho trazer aqui é no sentido de que possamos apresentar para o Conselho, na próxima reunião, o projeto que já é conhecido por alguns, inclusive a Marília, que é o projeto de proteção de nascentes e veredas através de cercamento, lá no município de Paracatu. Eu faço questão de fazer essa proposta aqui porque nós vivemos em um lugar que não tem tanta visibilidade, e não fazemos questão que esse projeto seja divulgado por lá. O que nós queremos é trazer ao conhecimento do pessoal daqui do Conselho. É um projeto interessante, que pode fazer com que outros municípios, outras entidades, possam implementá-lo pelo nosso Estado. É um projeto que atualmente não tem recurso financeiro gasto pelo Estado, é um projeto que funciona em parceria com produtores rurais, iniciativa privada, e o Movimento Verde de Paracatu como entidade executora. Então, eu queria propor que viéssemos aqui, na próxima reunião, e fizéssemos uma apresentação rápida, de 20 minutos, meia hora, mostrando o resultado desse projeto, que já tem sete anos de idade. Nós conseguimos construir 135 km de cerca, não quantificamos número de nascentes, mas, sim, por quilômetro de cerca. E mostrar os benefícios, o número de produtores que foram atendidos; quase 2 mil hectares de área protegida, aumentando água, fauna, flora. Se os conselheiros acharem por bem, nós nos colocamos à disposição para trazer esse projeto aqui para apresentar para vocês na próxima reunião.” **Resposta a moção aprovada na última reunião do CERH.** Marília Carvalho de Mello/IGAM: “Senhores conselheiros, acusamos o recebimento de cópia da Moção 02/2017, emitida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em sua 112ª reunião, extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017, manifestando irrestrito apoio e clamor pela manutenção e imediato aprimoramento do Fhidro por meio de medidas normativas já identificadas no âmbito do Sisema e do governo, bem como por meio de projeto de lei consolidado pelo IGAM, para o qual pedimos a máxima urgência na tramitação para a Assembleia Legislativa. Destacamos nesta oportunidade a percepção clara de que, sem a continuidade das ações de aperfeiçoamento do fundo, do ponto de vista normativo, ele dificilmente realizará

339 a superação das dificuldades operacionais já exaustivamente diagnosticadas.
340 Nesse sentido, é importante destacar que ocorreu, no final do ano passado, no
341 dia 29/12/2017, a prorrogação do prazo de concessão de financiamento com
342 recursos do Fhidro, nos termos da Lei 18.910/2015, por meio do artigo 91 da Lei
343 22.796/2017, passando a sua vigência para 31 de março de 2023. Ressaltamos
344 que o aprimoramento do fundo por meio de medidas normativas é uma prioridade
345 institucional do IGAM e da SEMAD, devido ao papel fundamental e de destaque
346 que o Fhidro possui, com potencial de viabilizar o financiamento de projetos que
347 visam à melhoria qualitativa e quantitativa das condições hídricas no Estado.
348 Para fins mais imediatos, salientamos que o IGAM está trabalhando uma minuta
349 de decreto para aprimorar os procedimentos de acesso ao crédito e possibilitar
350 mais fluidez e harmonia aos trâmites e exigências documentais do fundo.
351 Recordamos em oportuno, no que tange ao projeto de lei consolidado pelo IGAM
352 e mencionado na moção, que esse encontra-se em tramitação interna e é uma
353 prioridade institucional, considerando a importância da manutenção do Fhidro,
354 bem como as melhorias contempladas pelo projeto de lei que não podem ser
355 objeto de decreto, tais como alteração do órgão gestor do fundo, distribuição dos
356 recursos do fundo, condições para liberação de recursos e contrapartidas, que
357 serão tramitadas em momento parlamentar oportuno. Neste contexto,
358 destacamos ainda que importantes legislações foram publicadas no mês de
359 janeiro pela reestruturação interna dos três órgãos que compõem o Sistema
360 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Os textos trazem novas
361 competências e atribuições para o Instituto Estadual de Florestas, o Instituto
362 Mineiro de Gestão das Águas e a Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o
363 objetivo de trazer mais agilidade e eficiência e reduzir a burocratização no
364 atendimento dos cidadãos, além de retomarem a autonomia da gestão financeira
365 dos órgãos, o que indiretamente possibilitará melhorias ao Fhidro. Colocamo-nos
366 à disposição para esclarecimentos no que se fizer necessário. Atenciosamente,
367 Ana Carolina Miranda, diretora geral em exercício; Germano Luis Gomes Vieira,
368 secretário de Estado.’ Só complementando essa moção, a versão do decreto do
369 Fhidro já está consolidada e deve ser encaminhada à Casa Civil na semana que
370 vem, com os últimos ajustes na Asnop. E a equipe já está trabalhando na lei, que
371 já foi amplamente discutida, como todos os senhores sabem, e provavelmente a
372 gente também encaminha para a Assembleia Legislativa, até o final do mês de
373 abril.” **4) EXAME DAS ATAS DA 111ª E 112ª REUNIÕES DO CERH.** Aprovada
374 por unanimidade a ata da 111ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
375 Recursos Hídricos, realizada em 10 de novembro de 2017, com abstenção do
376 Movimento Verde de Paracatu. Baixada em diligência pela Presidência a ata da
377 112ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada
378 em 5 de dezembro de 2017, para alterações e inclusões solicitadas pelo
379 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli, representante do Fórum Nacional da
380 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc), conforme e-mail
381 encaminhado previamente: – “Linhas 175/176, acrescentar à redação o trecho

382 grifado. ‘Após apresentação dos relatos de vista e debates nesta sessão, o
 383 presidente do CERH negou pedidos de diligência, e o Plenário do Conselho
 384 Estadual de Recursos Hídricos deliberou, por maioria, o deferimento das outorgas
 385 relativas aos processos dos itens 8.1, 8.2 e 8.3, que foram analisados e votados
 386 conjuntamente, com as condicionantes listadas nesta ata.’ – Linhas 245/246,
 387 substituir a palavra “opina” por “propõe” e inserir a seguinte emenda após a
 388 palavra “diligência”: ‘...trazendo, por um lado, o argumento de que ‘dada a
 389 complexidade do projeto, a Resolução CNRH nº 16/2001 já prevê que derivações,
 390 captações, lançamento de esgotos e resíduos, aproveitamentos hidrelétricos,
 391 outros usos e interferências (...) sujeitos à outorga’, poderão ‘abranger direito de
 392 uso múltiplo e/ou integrado de recursos hídricos superficiais e subterrâneos’ (art.
 393 4º, incisos e parágrafo único), e de que os artigos 8º e 13 da mesma resolução
 394 preveem a extensão de prazo para concessões de outorgas, quando da
 395 ‘necessidade de formulação de exigências complementares’ e a ‘complexidade
 396 da análise do uso ou interferência pleiteados e a necessidade de
 397 complementação de informações’. Argumentou que ‘os pareceres Suppri e Ibio
 398 defenderam, (1.1) a tese de que as outorgas pleiteadas não teriam ‘caráter
 399 consuntivo’, ‘tese’ que, na visão do parecer do Fonasc, resultou da
 400 ‘fragmentação’ da outorga dos conjuntos de drenagem ‘em relação ao conjunto
 401 associado à PDE’, ou seja – ainda segundo o parecer do Fonasc – ‘ao fato de
 402 que ela, na realidade, compreende uma barragem (ou dique) para conter (ou
 403 controlar) os finos e sedimentos canalizados pelos drenos propostos na base da
 404 PDE’. Além disso, na conclusão de seu parecer, o Fonasc observou ser: ‘9.1
 405 Imprescindível que este Conselho...’ – Linhas 912/913, inserir uma das opções
 406 grifadas: ‘Processo de votação. Antes de iniciar o processo de votação das
 407 outorgas, a Presidência rejeitou os pedidos de baixa em diligência, ‘não os
 408 colocando, portanto, em votação’ ou ‘não consultando o Plenário sobre essa
 409 decisão’ ou ‘não submetendo ao Plenário a decisão’”. **5) PROPOSTA DE**
 410 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO CERH-MG PARA**
 411 **O ANO DE 2018.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões do
 412 Plenário do CERH para o ano de 2018, conforme proposta apresentada pela
 413 SEMAD, com previsão de sessões ordinárias nos dias 19/4, 21/6, 20/9 e 13/12. O
 414 conselheiro Edson de Oliveira Vieira registrou sugestão para que eventuais
 415 reuniões extraordinárias sejam convocadas também para as quintas-feiras,
 416 visando otimizar a participação dos conselheiros que participam também das
 417 Câmaras Técnicas. **6) INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO (SUPLENTE) DO**
 418 **SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O GRUPO**
 419 **COORDENADOR DO FHIDRO.** O Plenário do Conselho Estadual de Recursos
 420 Hídricos fez a indicação do conselheiro Valter Vilela Cunha, representante da
 421 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, para compor o Fundo
 422 de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias
 423 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) como representante do CERH
 424 na condição de suplente do segmento da sociedade civil. **7) ALTERAÇÃO DO 1º**

425 **PARÁGRAFO DO ART. 9º DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH Nº 30, DE**
 426 **2009, REFERENTE AO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO DOS**
 427 **COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. Apresentação: IGAM.** O Plenário do
 428 Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou por unanimidade a alteração
 429 do 1º parágrafo do Art. 9º da Deliberação Normativa CERH nº 30, de 2009,
 430 referente ao período de transição de mandato dos Comitês de Bacias
 431 Hidrográficas, nos termos da proposta apresentada pelo IGAM e com base nas
 432 notas técnica e jurídica do órgão, com a seguinte redação: “Art. 1º - O Art. 9º da
 433 DN CERH-MG nº 30, de 26 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte
 434 redação: “Art. 9º - A DN CERH-MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, fica
 435 acrescida dos seguintes artigos: ‘Art. 17-A - Fica automaticamente prorrogado o
 436 mandato dos membros do comitê e da diretoria até a posse dos novos membros.
 437 Parágrafo Único. O período de mandato prorrogado da gestão em curso implica
 438 em redução, por igual período, do mandato seguinte.’ Art. 2º - Esta Deliberação
 439 Normativa entra vigor na data de sua publicação.” Foi registrado o seguinte
 440 encaminhamento para a próxima reunião, conforme manifestações da
 441 Procuradoria do IGAM e da Presidência deste Plenário. Rafael Ferreira Toledo,
 442 Procuradoria do IGAM: “Conforme eu tinha sinalizado anteriormente, fixada a
 443 questão da prorrogação, eu acho que convém ser inserida alteração também da
 444 DN nº 52, que trata dos Regimentos Internos, que devem ser replicados em cada
 445 Comitê, porque lá também tem o dispositivo que fixa o mandato. Já que se está
 446 fazendo alteração legislativa específica nesse ponto, deveria ser feito na DN 52
 447 da mesma forma. Salvo engano, no artigo 8º, inserir um parágrafo 1º.” Presidente
 448 Anderson Silva de Aguiar: “Vai ser feito um levantamento e trazido para este
 449 Conselho. Vamos fazer um esforço para trazer na primeira reunião que está
 450 marcada, conforme o calendário, para entendermos o funcionamento dos
 451 Comitês de Bacia decorrente dessa alteração. E também, com base no
 452 diagnóstico, a necessidade ou não de novas alterações legislativas, conforme
 453 colocado pelo Dr. Rafael.” A Presidência registrou ainda a possibilidade de
 454 convocação de reunião extraordinária do Plenário, após a realização do estudo
 455 de alteração da DN 52, caso seja avaliada essa necessidade para o
 456 funcionamento dos Comitês.” **8) LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO**
 457 **“COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS -**
 458 **BRASIL”, COMO CONTRIBUIÇÃO AO 8º FÓRUM MUNDIAL DAS ÁGUAS.**
 459 **Apresentação: IGAM.** A diretora geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, fez o
 460 lançamento preliminar da publicação “Compartilhando experiências das águas de
 461 Minas Gerais - Brasil”, como contribuição ao 8º Fórum Mundial das Águas. **9)**
 462 **LANÇAMENTO DO II PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS “ÁGUAS GERAIS”.**
 463 **Apresentação: SEMAD.** André Luis Ruas, assessor de Educação Ambiental e
 464 Relações Institucionais da SEMAD, fez apresentação ao Plenário do CERH sobre
 465 o prêmio de boas práticas “Águas Gerais”, que foi lançado oficialmente nesta
 466 data, com prazo de inscrições até 13/5/2018. **10) PROGRAMAÇÃO DA**
 467 **SEMANA DA ÁGUA 2018. Apresentação: IGAM.** O Plenário do CERH fez a

468 indicação da conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de
469 Engenharia e Agronomia (Crea), para compor a comissão organizadora da
470 programação dos eventos da Semana da Água, como representante deste
471 Conselho. A diretora geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, informou que
472 também fará parte da comissão um representante do Fórum Mineiro de Comitês
473 de Bacias Hidrográficas. **11) PESQUISA “GESTÃO INTEGRADA DE**
474 **RECURSOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE AO NÍVEL DOS ENTES FEDERADOS**
475 **E EM ESCALA LOCAL” - ESTÁGIO ATUAL E CONVITE AOS**
476 **CONSELHEIROS PARA PARTICIPAÇÃO DE OFICINA DA PESQUISA.** João
477 Bosco Senra, do Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFMG,
478 fez apresentação ao Plenário do CERH de sua tese de doutorando “Gestão
479 integrada de recursos hídricos: uma análise ao nível dos entes federados e em
480 escala local”. Registrou ainda convite aos conselheiros para participação em
481 oficina realizada pelo trabalho de pesquisa. **12) ASSUNTOS GERAIS.**
482 **Rompimento de mineroduto da Anglo American.** Presidente Anderson Silva
483 **de Aguiar:** “Nós temos um inscrito para falar, Thiago Alves, da empresa Anglo
484 American. Eu gostaria de fazer um relato para vocês. Eu acho que a maioria aqui
485 já deve ter visto pelos noticiários, principalmente pela televisão, o rompimento do
486 mineroduto que aconteceu no dia 12, às 7h42, quando a SEMAD foi informada.
487 Nesse momento, uma equipe da Emergência Ambiental, que até há pouco tempo
488 era dirigida pela Dra. Marília, se deslocou ao local, e começamos a tomar as
489 medidas emergenciais. Trata-se de um vazamento de mineroduto. Foi expelida
490 polpa de minério com percentual entre 70% de minério, em torno de 30% de
491 água. Foi feita uma classificação, naquele momento, nos moldes da ABNT
492 10.004, sendo classificado como não perigoso. Não dá para se dizer que é um
493 resíduo, porque está se falando de produto. Mas, fazendo a classificação em
494 relação a solubilidade, lixiviação, recebeu uma classificação como não perigoso.
495 A equipe técnica da empresa e também da Prefeitura de Santo Antônio do
496 Grama, a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Copasa, o Ibama, assim como a
497 equipe da SEMAD, estiveram no local para tomar as medidas, e ainda estão em
498 execução. Na manhã do dia de hoje, a equipe técnica da SEMAD fez um
499 sobrevoo na área do local para verificar qual era o tamanho da área impactada na
500 região de Santo Antônio do Grama, na Zona da Mata mineira. A ação teve o
501 objetivo de verificar a dimensão do dano também e fazer o registro fotográfico da
502 área impactada. Os técnicos sobrevoaram a região do rio Santo Antônio até a
503 confluência com o rio Casca. Foi possível verificar que os sedimentos que
504 vazaram do mineroduto percorreram aproximadamente 7 km nesses dois cursos
505 de água, percebeu-se também material mais pesado que sedimentou no leito do
506 ribeirão Santo Antônio, passando pela cidade de Santo Antônio do Grama, e o
507 material mais fino chegou a atingir o rio Casca, porém, já bastante diluído. A
508 equipe formada pelos setores da fiscalização da SEMAD vai continuar
509 acompanhando a situação do local, as medidas administrativas já estão sendo
510 determinadas para cessar o vazamento, manter o monitoramento da situação

também e garantir o abastecimento de água da população. São algumas das principais preocupações da Secretaria de Meio Ambiente. Ainda é importante esclarecer que está sendo feito um diagnóstico pela Secretaria de Meio Ambiente, que vai culminar na lavratura do auto de infração, que vai, então, depois definir quais são as penalidades e também o valor de multa no caso. Eu gostaria de frisar que, no caso do mineroduto, essa é uma obra que foi licenciada pelo Ibama. O Estado fez o licenciamento da atividade de mina. A ação do Ibama é importante também, junto com o Estado, em relação às avaliações e medidas de controle.” Marília Carvalho de Melo: “Só dois pontos complementando a fala do secretário Anderson. Nós já acionamos o Senai/Cetec, que vai fazer a coleta em seis pontos de monitoramento. Eles já se deslocaram hoje para o local. E além disso nós estamos autorizando uma outorga emergencial para a Copasa, para garantir o abastecimento público que foi paralisado em função do acidente.” Poliana Pereira, superintendente substituta do Ibama: “Eu vim aqui hoje a convite do secretário Anderson. Como ele mesmo já disse, esse é um empreendimento licenciado pelo Ibama, então, a atuação do Ibama no caso desse acidente se dá em quatro etapas. Com o licenciamento, que é a fase preventiva. No licenciamento, são propostas medidas mitigadoras. O acompanhamento das condicionantes é a segunda fase. A terceira fase é a em que estamos agora, a fase de acompanhamento da emergência em campo. E a fase repressiva, que vem a seguir, aquela fase de aplicação de penalidade, se for o caso. Eu vou falar aqui rapidamente sobre a atuação do Ibama em cada uma dessas fases. O licenciamento é acompanhado pelo Ibama. A Licença de Operação foi concedida em 2014, é a Licença 1217/2014. Inclusive, para a concessão da Licença de Operação, foi apresentado um programa de gerenciamento de riscos e plano de atendimento de emergências. Esse licenciamento é feito pelo Ibama em Brasília. Alguns licenciamentos em Minas Gerais são feitos aqui pela Superintendência do Ibama em Minas Gerais. Esse, especificamente, foi feito pela equipe do Ibama em Brasília, e nós só acompanhamos algumas vistorias. Então, em contato com a Coordenação Geral e a Diretoria de Licenciamento, eles estão acompanhando também o caso e acompanhado também a equipe de emergências em campo, para ver se seria o caso ou não de suspensão da licença, o que, até o momento, parece não ser o caso. Sobre o acompanhamento das condicionantes, a empresa vem cumprindo todas as condicionantes, segundo informação do técnico responsável pelo processo em Brasília e do coordenador da área, com apresentação de todos os relatórios de monitoramento exigidos nas condicionantes. E a última vistoria técnica realizada pelo Ibama ao empreendimento foi em outubro de 2017, e, na ocasião, inclusive, houve a vistoria a todas as casas de bomba próximas ao local onde aconteceu o evento. A terceira fase, como eu havia falado, é a fase do acompanhamento da emergência em campo. A equipe do Ibama está no local e vai continuar no local até que a situação seja normalizada no nível de parar o vazamento e ter uma resposta da empresa sobre o que vai acontecer daqui para frente. Então, em

554 conjunto com a SEMAD, até na vistoria de helicóptero, o Ibama foi junto com a
555 SEMAD, e nós agradecemos. O nosso helicóptero ainda não tinha chegado. O
556 Ibama está realizando vários monitoramentos nesta fase, inclusive com sobrevoo.
557 A fiscalização, que é a próxima fase, com essa equipe da emergência em campo,
558 vai verificar se realmente é necessária uma autuação ou não. Então, eu não
559 posso falar aqui no momento se vai haver ou não autuação. A equipe está em
560 campo analisando a necessidade de atuação. Inclusive, deve sair em breve uma
561 notificação para a empresa a fim até de subsidiar uma possível autuação e fazer
562 com que os danos ambientais sejam minorados. Então, na notificação, deve
563 constar necessidade de apresentação das causas do vazamento, informação
564 exata sobre a composição química do produto e o volume, o plano de retirada do
565 meio ambiente do produto vazado e apresentação de resultados de
566 monitoramento ambiental. A notificação está sendo trabalhado e deve sair a
567 qualquer momento. Eu me coloco à disposição para qualquer dúvida e gostaria
568 de só falar, rapidamente, sobre o programa de conversão de multas ambientais.
569 Tem a ver com esse tema de recursos hídricos, que é a prioridade do Ibama no
570 momento e do Ministério do Meio Ambiente. Inclusive, já se iniciaram diálogos
571 com a SEMAD no intuito de um acordo de cooperação técnica para definir áreas
572 prioritárias sobre os locais em que vai haver essa restauração dos serviços
573 ambientais, onde vai haver a prestação de serviços ambientais na conversão das
574 multas. Tem ali alguns folders para quem tiver interesse.” Conselheiro Carlos
575 Eduardo Silva: “Eu estava presente ontem também, a partir das 15h até às 23h,
576 no município de Santo Antônio do Grama, que faz parte de um dos 77 municípios
577 da Bacia do Rio Piranga.” Thiago Alves, representante da Anglo American:
578 “Thiago Alves, coordenador de Desenvolvimento Sustentável da Anglo American.
579 Senhor presidente, senhores conselheiros, eu vou fazer a manifestação oficial da
580 empresa em relação ao evento e, naturalmente, me colocar à disposição dos
581 senhores para qualquer dúvida que porventura apareça e possamos dirimir.
582 Como já foi dito, na manhã de ontem, 12 de março, às 7h42, foi identificado um
583 vazamento no mineroduto Minas-Rio, da empresa Anglo American, que fica
584 localizado 100 m abaixo da estação de bombas nº 2, no município de Santo
585 Antônio do Grama, Minas Gerais. A vazão atingiu uma altura de cerca de 40
586 metros, por conta da pressão de bombeamento, e chegou ao ribeirão Santo
587 Antônio, que abastece a cidade. O vazamento de polpa durou, aproximadamente,
588 25 minutos, totalizando cerca de 300 toneladas do produto, que consiste em uma
589 polpa formada por 70% de minério de ferro e 30% de água. Assim como já foi dito
590 aqui, esse produto, classificado pela NBR 10.004, demonstra ser um resíduo não
591 perigoso, portanto, inerte. Como forma de contenção do vazamento, após as
592 nossas equipes terem identificado o problema, as bombas foram imediatamente
593 desligadas, e a operação em Conceição do Mato Dentro foi interrompida,
594 passando a bombear no duto apenas água por mais de 13h30min. Eu queria
595 deixar bem claro aos senhores que toda a nossa operação em Minas Gerais está
596 paralisada neste momento. Apenas os sistemas essenciais para o combate aos

597 danos estão operando, como forma de minimizar o impacto. Mas a operação está
598 parada. Imediatamente após o incidente, a Prefeitura de Santo Antônio do Grama
599 foi a primeira entidade a ser informada. Logo em seguida, informamos à Copasa,
600 ao Ibama, à SEMAD, ao NEA e a todos os órgãos competentes que têm algum
601 tipo de ligação com a questão dos recursos hídricos. Como medida de segurança
602 complementar também, proibimos o acesso à área. As equipes técnicas da Anglo
603 American se deslocaram, imediatamente, para a EB2 – a forma como chamamos
604 a estação de bombas 2 – para dar apoio às equipes locais nas primeiras ações
605 de combate ao incidente. E nossas equipes estão coordenando essa ação de
606 respostas. Eu queria dizer que, inclusive, todo o corpo de diretores da empresa
607 se encontra em Santo Antônio do Grama hoje dando todo suporte ao processo de
608 mitigação desse dano. A nossa empresa conta com o apoio da Suatrans, que é
609 uma empresa especializada em controle de urgências ambientais, que está
610 atuando também junto ao Senai para amostragem de água e avaliação
611 continuada dos impactos. As causas do incidente ainda estão sendo
612 investigadas, e no momento nossos esforços estão totalmente concentrados em
613 medidas emergenciais que garantam o abastecimento de água da cidade e na
614 contenção dos impactos. Os caminhões-pipa estão fornecendo água potável para
615 a população afetada, sendo que as famílias vulneráveis já foram todas mapeadas
616 e estão recebendo também galões de água potável, água mineral. E nesse
617 sentido continuaremos prestando todo atendimento necessário, pelo tempo que
618 for necessário. Em paralelo, a empresa construiu um reservatório temporário de
619 contenção de material particulado de forma a evitar que a polpa de minério
620 remanescente fosse direcionada ao córrego Santo Antônio. Eu devo emendar
621 que o incidente ocorreu não diretamente no córrego, ocorreu próximo ao talude,
622 então, nem toda a massa foi direcionada ao córrego. Justamente por isso, esse
623 reservatório temporário é tão importante de forma a conter o volume residual que
624 ainda porventura esteja sendo direcionado ao córrego. Além disso, foram
625 construídas células de elementos filtrantes ao longo do ribeirão Santo Antônio, e
626 a qualidade da água superficial também será monitorada, em 19 pontos
627 superficiais. São seis pontos a montante do local do incidente e três a jusante. As
628 amostras de sedimentos do ponto atingido até a confluência com o rio Doce
629 também serão analisadas. É importante ressaltar também, senhores
630 conselheiros, que o acidente não oferece risco à população que mora em Santo
631 Antônio do Grama e nas cidades a jusante, especialmente Rio Casca. Não é
632 necessária nenhuma medida de urgência, nenhuma medida de evacuação.
633 Todas as medidas necessárias são passíveis de serem tomadas sem esse tipo
634 de incômodo à população. As nossas equipes estão, integralmente, em regime de
635 plantão atuando com o objetivo de trazer o menor impacto possível à população e
636 ao meio ambiente. E nós reforçamos aqui o nosso compromisso com o bem-estar
637 e o pronto-atendimento às comunidades próximas às operações. E garanto aos
638 senhores que estamos dedicando todos os nossos esforços para evitar que o fato
639 cause ainda mais incômodos à população. Nós fizemos questão de estar aqui

640 presentes. Eu, na condição de gestor de recursos hídricos da empresa, estou à
641 disposição dos senhores e queria deixar registrado aqui também que a Anglo
642 American está integralmente à disposição dos Comitês do Doce – presidente
643 Carlos Eduardo, por favor, leve essa informação à presidente Lucinha –, estamos
644 integralmente disponíveis para prestar qualquer esclarecimento e para tomar
645 qualquer medida que os Comitês julgarem necessárias para conter as
646 consequências desse evento. Eu agradeço a oportunidade e permaneço à
647 disposição dos senhores.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu queria fazer
648 uma pergunta ao técnico da Anglo. Só um esclarecimento. Você mencionou que
649 o sistema, há pouco, foi cortado, mas, pelo que eu entendi, ele continua
650 pressurizado, produzindo água. Esse vazamento não continuou, então? Por que
651 permaneceu com a condução de água e não se parou também o processo?”
652 Thiago Alves, representante da Anglo American: “Conselheiro, eu vou tentar
653 explicar da forma mais simples possível, nesse caso. O duto tem mais ou menos
654 240 km desde Conceição até o local do vazamento. Não temos possibilidade de
655 drenar o tubo em algum outro local nesse trecho especificamente. Então, qual foi
656 a medida emergencial? Drenar a polpa. A polpa foi bloqueada em uma estação
657 de pressurização a jusante do ponto. Mas o tubo, então, preenchido de água em
658 uma batelada entre a polpa e água – esse é o procedimento normal operativo do
659 mineroduto –, nós tínhamos, então, uma coluna de água muito grande que
660 deveria ser drenada. Se fosse considerada em condições normais para a
661 barragem EB2, que existe e opera nesse sentido, teria sido um processo mais
662 rápido. Mas, considerando o tamanho do local do vazamento, então, o fluxo
663 possível de drenagem é bem menor. Então, por isso demoramos quase 12 horas
664 de água sendo escoada no duto, sem significar que essa água contém polpa. É
665 uma água de processo, limpa, captada lá na região do empreendimento. Então, é
666 uma medida de segurança a despressurização do duto. Ocorreu o vazamento às
667 7h42, de polpa. Às 8h10, 8h15, parou a polpa. E por volta das 20h, entre 20h e
668 22h, o vazamento de água foi completamente estancado. Neste momento, não há
669 nenhum vazamento. O duto está despressurizado, sem polpa e sem água.”
670 Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Ontem, nós tivemos reunião na Prefeitura de
671 Santo Antônio do Gramma com a prefeita Alcione, com o Ivan, diretor da Anglo,
672 com vários funcionários da Anglo. Justamente às 20h30, no andar da reunião,
673 veio um funcionário da Anglo comunicar que foi 100% vedada a água que estava
674 vazando. Nós fizemos uma proposta também. Existe um córrego a 600 m da ETA
675 e, em caráter compensatório, a Anglo ajudasse o município e a Copasa em um
676 novo duto de captação alternativa para suprir essa necessidade, que com certeza
677 daria mais de 70% da captação, dos 100% da outra. Isso já foi conversado junto
678 com o pessoal da Copasa, e eles ficaram de fazer um projeto e enviar para a
679 Anglo, e eles vão providenciar isso também.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “O
680 Nelson, da Copasa, antes de eu chegar aqui, protocolou na Diretoria Geral do
681 IGAM. Ele pediu que não protocolasse na Supram, que seria a Supram de Ubá. O
682 Thiago está providenciando a autorização, e nós vamos assinar eletronicamente

683 agora. Já estamos em contato com a Supram Central para formalizar o processo,
684 porque tem que ter o protocolo do FCE e do FOB. Então, essa autorização vai ser
685 dada hoje para a Copasa para captação emergencial.” Conselheiro Antônio
686 Giacomini Ribeiro: “A minha fala é direcionada ao Thiago e também à nossa
687 colega do Ibama. O empreendimento foi licenciado pelo Ibama, e, obviamente,
688 deveria ter o seu plano de ação emergencial, o plano de manutenção do próprio
689 mineroduto, e vocês, provavelmente, teriam a obrigação de emitir relatórios
690 periódicos. Isso tudo está dentro? Todo procedimento da empresa está dentro do
691 previsto nas condicionantes do licenciamento?” Poliana Pereira, superintendente
692 substituta do Ibama: “Sim. De acordo com o que o coordenador de área e que o
693 técnico responsável pelo processo em Brasília disse, sim, todas as
694 condicionantes estão sendo cumpridas. O programa de gerenciamento de riscos
695 e plano de atendimento às emergências já haviam sido apresentados antes da
696 emissão da LO. E os vários outros programas e monitoramentos também
697 estavam sendo executados a contento, de acordo com os relatórios de
698 acompanhamento das condicionantes.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
699 “Uma questão para o Thiago. Você mencionou que as causas estão sendo
700 investigadas, mas, de cara, dá para ver, por exemplo, se for uma causa de
701 rompimento de junta ou rompimento de adutora, rasgando a adutora. Isso você já
702 poderia adiantar para nós?” Thiago Alves, representante da Anglo American: “Foi
703 um rompimento. Nós tivemos acesso às imagens do local. É uma fissura no duto.
704 Mas não podemos inferir agora se se trata de um problema de fabricação ou de
705 um problema de manutenção, de um problema de desgaste. Isso vai ser avaliado
706 na celeridade possível e apresentado com a máxima urgência.” Conselheiro
707 Antônio Giacomini Ribeiro: “Pela única imagem que nós temos, percebe-se, mas
708 está muito distante, que a pessoa priorizou mostrar outra coisa lá. O duto parece
709 que não é enterrado, ele é superficial.” Thiago Alves, representante da Anglo
710 American: “Não, ele é enterrado. O fenômeno a que alguns dos senhores devem
711 ter tido acesso por fotografias, que dá a impressão de que ele é superficial, é
712 derivado da alta pressão do duto, que acabou carreando todo aquele sedimento,
713 aquele solo que cobria o duto. Se me permite, só respondendo a primeira
714 pergunta, em relação ao plano de manutenção, realmente, está em dia, e vamos
715 apresentar os relatórios disso. E o plano de ação de emergência, como eu citei,
716 conselheiro Giacomini, está ligado, inclusive, à participação da empresa Suatrans
717 na resposta emergencial, que está seguindo exatamente o parâmetro que está
718 previsto no plano.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Eu não sei se é bem
719 uma pergunta ou uma reflexão. Primeiro é que, como colegiado gestor no Estado,
720 não podemos tratar isso com naturalidade. Na mesma bacia hidrográfica em que
721 há dois anos se rompe uma barragem em Fundão, que causa um impacto talvez
722 o maior da história do Brasil e, nesse sentido da mineração, do mundo, e agora
723 na mesma bacia tem esse rompimento, tem um problema sistêmico, que precisa
724 ser dialogado e discutido e entendido. Então, não dá para tratar só como um
725 desvio normal que está colocado, nós precisamos fazer uma reflexão um pouco

726 mais séria sobre isso e dimensionar melhor os impactos que estão colocados. Aí,
727 eu faço a reflexão da agricultura familiar e da agricultura como um todo. Santo
728 Antônio do Grama é um município que vive de serviços da prefeitura e da
729 agricultura. Como vai funcionar a produção disso no próximo período? Quem vai
730 assumir o ônus do impacto financeiro, seja do agricultor familiar, seja do próprio
731 município? Como vai ser isso mensurado pela própria Anglo American e pela
732 formulação das multas que estão sendo discutidas, do Ibama e da própria
733 SEMAD? Se for ver o histórico, isso fica fora da conta. Quando falamos de um
734 rompimento dessa dimensão e logo depois falamos que vamos distribuir multas
735 como ação de mitigação, surge uma dúvida do que nós vamos pensar e o que
736 está sendo construído. Então, a minha preocupação, primeiro, é que temos que
737 fazer uma discussão mais sistêmica disso, de ver o que o município ganha nesse
738 processo. Se pegar a receita de Santo Antônio do Grama, não tem nenhuma
739 contribuição minerária. Não tem nenhuma contribuição minerária na receita do
740 município, e olhe o impacto que essa produção causa dentro desse município e
741 para aqueles agricultores familiares que estão lá. Então, quando fazemos uma
742 reflexão é de uma discussão disso, de um processo de recuperação do rio Doce,
743 que a agricultura familiar tem ficado fora das discussões dentro dos processos ou
744 ficado muito à margem do que tem. Pelo que está sendo colocado aqui no curto
745 prazo, parece que estava tudo certo, que foi um erro ou uma eventualidade e que
746 vai ter algum tipo de ressarcimento e de mitigação. É o mínimo, não pode ser
747 isso. Nós temos que repensar o conceito de atingido, nós temos que repensar o
748 que o município ganha para esse mineroduto passar lá e o que o agricultor
749 familiar ganha para isso. Então, como Secretaria de Desenvolvimento Agrário, eu
750 queria que constasse em ata que a discussão da mitigação desse processo leve
751 em consideração a atividade agrícola e agropecuária e o impacto que isso vai ter
752 naquela região. Porque, assim como não tem água para a sede do município ter
753 acesso à água de beber, não vai ter água de irrigação, não vai ter água para
754 produção agrícola. E como vai ser esse processo. Então, nesse sentido, eu
755 queria ouvir de vocês como se pensa e como se mensura esse impacto dentro
756 dessa proporção e dentro desse plano. Já tinha um plano de mitigação a priori, e
757 como vai ser esse plano a posteriori levando em conta o caráter
758 hegemonicamente agrícola e de pequenos agricultores do município.” Poliana
759 Pereira, superintendente substituta do Ibama: “Muito obrigada, Pedro, pelas suas
760 considerações. Eu vou levar, formalmente, essa preocupação à equipe de
761 licenciamento e da fiscalização do Ibama. Além disso, só trazendo aqui que,
762 quando eu disse que estamos estudando ainda, não quer dizer que o Ibama não
763 leve a sério essa questão e que esteja minimizado essa questão. O que eu estou
764 dizendo é que, no momento, eu ainda não posso responder oficialmente o que vai
765 acontecer daqui para frente, porque eu estaria passando por cima de tudo e
766 respondendo sem autoridade. Então, esse é o posicionamento do Ibama, no
767 momento, e eu me comprometo a levar essa preocupação, oficialmente, ao
768 conhecimento tanto do licenciamento quanto da área de fiscalização.”

769 Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Só complementando, alguns municípios da
770 Bacia do Piranga, são três minerodutos que cortam os municípios. E eu gostaria
771 também que se registrasse a presença da Superintendência Regional de Saúde
772 de Ponte Nova, da parte da vigilância ambiental. Porque o controle da água para
773 consumo humano o pessoal já está monitorando a água dentro do município.
774 Inclusive, a água que chega dos caminhões, pela informação, está saindo da ETA
775 de Rio Casca e está sendo levada para a população de Santo Antônio do
776 Grama.” Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Para informe de que a Secretaria
777 de Estado de Saúde mobilizou os seus esforços desde a Secretaria Municipal de
778 Saúde, que integra a SES, mas também a unidade regional de saúde que é a
779 nossa referência de Ponte Nova, mas também a unidade central, até o nosso
780 secretário. E nós estamos participando diretamente do comando da prefeitura,
781 com apoio da Copasa, também da SEMAD, mas também da SES nesse
782 processo. Eu gostaria só de incluir entre as demandas nesse mapeamento,
783 secundado as palavras do conselheiro Pedro, toda a área rural, que não somente
784 a sede. Mas, também, da mesma forma, que a SES tenha acesso, através da
785 Secretaria Municipal de Saúde, aos dados de monitoramento por parte do
786 empreendimento, uma vez que já temos acesso direto com o monitoramento que
787 é realizado pelo IGAM e também pela Copasa. Mas também considerar nas
788 formas de abastecimento alternativas, que nesse mapeamento se incluam
789 instituições que abrigam ou assistem populações em situação mais vulnerável.
790 Então, eu faça esse registro para que se considere isso, a partir do momento que
791 temos recebido os relatos das discussões, das estratégias que estão sendo
792 traçadas.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu vou pedir ao representante
793 da Anglo que observe o pedido da conselheira e possa levar também esse
794 pedido.” Thiago Alves, representante da Anglo American: “Respondendo ao
795 conselheiro Pedro e à conselheira Marina, entendemos a gravidade da situação,
796 entendemos que é uma situação sui generis, inesperada, inaceitável.
797 Naturalmente, a Anglo American se compromete com a mitigação de todos os
798 impactos gerados por esse evento tão logo sejam constatados. E nos
799 comprometemos, sim, com total transparência em relação à rede de
800 monitoramento e, naturalmente, com a inclusão da análise das populações
801 vulneráveis e da agricultura familiar que porventura tenham sido impactadas com
802 esse evento, no processo de análise, de mitigação ou compensação. Então, eu
803 gostaria que ficasse registrada em ata a disposição da Anglo American em
804 realmente arcar com toda a reparação necessária desse evento.” Conselheiro
805 Antônio Giacomini Ribeiro: “Por coincidência ou não, na reunião 112ª, cuja ata,
806 inclusive, baixou em diligência, em função até que foi uma questão relacionada
807 com a mesma empresa, a Anglo. Essa questão, por exemplo, das populações a
808 jusante dos empreendimentos, a consideração dessas populações foi muito
809 veemente a fala da sociedade civil. Nós havíamos pedido vista do processo.
810 Especificamente, no nosso caso, nós pedimos a retirada desses processos de
811 pauta. Eu não sei se os senhores se lembram. Justamente para que fossem

812 refeitos, uma vez que havia sido fatiado. E justamente para que os estudos
813 fossem feitos de uma maneira mais abrangente, mais sistêmica, integrativa,
814 integrando as diferentes forças que gravitam em torno de um empreendimento
815 dessa natureza. Não é apenas uma empresa vem, retira o minério e deixa um
816 buraco lá trás. E, durante todo o seu processamento, as populações que estão
817 em volta são realmente impactadas, e os estudos não são integrados,
818 suficientemente, para mostrar a real dimensão desses problemas. E os acidentes
819 acontecem, e aconteceu um aqui envolvendo essa mesma empresa. Não que ela
820 descumpra o que está nas nossas normas, mas aqui o Conselho tem que ir além
821 das normas para ter essa visão sistêmica dos processos. Então, infelizmente,
822 aconteceu para mostrar que a gente tem que ter uma visão mais aberta quando
823 aprovamos ou outorgamos esses empreendimentos.” Presidente Anderson Silva
824 de Aguilar: “Obrigado, conselheiro. Só lembrando que estamos falando de
825 operações distintas. Uma operação foi aquela que discutimos no passado, e a
826 avaliação de outorga é por ponto de captação, mas a avaliação do licenciamento
827 é integrada. Mas eu entendo o que o senhor colocou e também entendo o seu
828 ponto de vista. E é claro que é um ponto de observação.” Conselheiro Elbert
829 Figueira Araújo Santos: “Só para esclarecer que a Arsae, enquanto órgão
830 regulador dos serviços de abastecimento da Copasa, está ciente do ocorrido e vai
831 acompanhar as ações para garantir o abastecimento à população dos municípios
832 atingidos, daqueles municípios que são regulados pela Copasa. Eu só queria
833 saber do representante da Anglo a listagem completa dos municípios que foram
834 atingidos. Se foram só Rio Casca e Santo Antônio do Grama ou a jusante. Como
835 está esse fluxo.” Thiago Alves, representante da Anglo American: “Até o
836 momento, o atingido foi Santo Antônio do Grama, e avalia-se um eventual
837 impacto em Rio Casca. Até o momento não há confirmação de pluma ou de
838 sólidos carreados para o rio Casca. Neste momento, o impacto é confirmado em
839 um município.” **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
840 tratados, o presidente Anderson Silva de Aguilar agradeceu a presença de todos
841 e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Anderson Silva de Aguilar
Presidente do Plenário do CERH